

## Para além do invisível de fora: narrativas do avesso

**Jéssica França de Oliveira**

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Juiz de Fora - MG, Brasil

[lattes.cnpq.br/5575926850176402](https://lattes.cnpq.br/5575926850176402)

[orcid.org/0000-0002-5460-207X](https://orcid.org/0000-0002-5460-207X)

[jessica.franoli@gmail.com](mailto:jessica.franoli@gmail.com)

 @percursos\_revista

 /revpercursos

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246252024e0106>

Recebido: 15/09/23

Aprovado: 09/04/24

### Para citar artigo:

OLIVEIRA, Jéssica França de. Para além do invisível de fora: narrativas do avesso. *PerCursos*, Florianópolis, v. 25, e0106, 2024.



## Para além do invisível de fora: narrativas do avesso

### Resumo

Marcada por um passado escravocrata, a sociedade brasileira mantém os vestígios desse sistema, alimentando o pensamento racista que ainda se engendra nas esferas sociais, históricas e políticas, resultando em uma estrutura social baseada em ações discriminatórias e violentas. Assim, o corpo negro é alvo da necropolítica, em que viver na contemporaneidade é experimentar, ainda, as vivências do medo e da dor – mesmo por órgãos públicos que deveriam protegê-los. Na literatura brasileira, essa herança se faz presente desde os primórdios, evidenciando-se na marginalização dos personagens negros. Isso se manifestou tanto pela normalização de estereótipos negativos quanto pela atribuição a esses personagens de papéis secundários, quando não os relegando ao completo silenciamento. Nessa perspectiva, partindo da análise da obra de Jeferson Tenório, *O avesso da pele* (2020), buscamos apontar como o autor retrata esses corpos negros na sociedade brasileira contemporânea, nas suas formas de atuarem não apenas pela maneira como (não) são vistos, mas também pelo seus avessos e resistências. O quadro teórico é formado por estudiosos como: Achille Mbembe (2018), Abdias do Nascimento (2016), Chimamanda Adichie (2019), Silvio Luiz de Almeida (2019), Célia Azevedo (1987), Luiz Cuti (2010), Lília Schwarcz (2013) e Neusa Souza (1983). Depreende-se que, quando o próprio corpo negro é quem se apropria da voz literária, consciente de seu local de fala e imerso no tecido político e social que o envolve, é capaz de romper com as correntes dos paradigmas racistas, tecendo histórias que permitem (re)contar e (re)apresentar ao mundo suas próprias realidades.

**Palavras-chave:** corpo negro; invisibilidade; racismo; necropolítica; resistência.

## Beyond the invisible from outside: narratives from the reverse

### Abstract

Defined by a history of slavery, Brazilian society still bears the remnants of this system, nurturing the racist thinking that continues to permeate social, historical, and political spheres, resulting in a social structure built upon discriminatory and violent actions. Consequently, the Black body becomes a target of necropolitics, where living in contemporary times entails experiencing the realities of fear and pain – even at the hands of public institutions meant to protect them. In Brazilian literature, this legacy has been present since its beginnings, manifesting in the marginalization of Black characters. This manifested itself through the normalization of negative stereotypes. Additionally, Black characters were often assigned secondary roles, relegating them to complete silence. In this perspective, by analyzing Jeferson Tenório's work, *O avesso da pele* (2020), we aim to illustrate how the author portrays these Black bodies in contemporary Brazilian society, not only in terms of how they are (not) seen but also through their depths and resistance. The theoretical framework draws upon scholars such as Achille Mbembe (2018), Abdias do Nascimento (2016), Chimamanda Adichie (2019), Silvio Luiz de Almeida (2019), Célia Azevedo (1987), Luiz Cuti (2010), Lília Schwarcz (2013), and Neusa Souza (1983). We can conclude that when the Black body itself appropriates the literary voice, fully aware of its position and immersed in the political and social fabric that surrounds it, it can break free from the chains of racist paradigms, weaving stories that enable the (re)telling and (re)presentation of their own realities to the world.

**Keywords:** black body; invisibility; racism; necropolitics; resistance.

## 1 Introdução

Como sujeitos que se inserem em um mundo por meio de representações simbólicas, nossos corpos falam como forma primeira, uma vez que são lidos e interpretados por meio de instâncias políticas, culturais, de classe, de gênero e de raça. Considerando, nesse sentido, o corpo negro na sociedade brasileira contemporânea, percebemos que os vestígios do colonialismo ainda se mantêm nas estruturas que os limitam. Se, então, o corpo branco é só um corpo, o corpo negro não é só um corpo. É também negro.

Isso nos conduz à profunda constatação de que as esferas sociais, históricas e políticas se erguem como muralhas interconectadas alimentadas pelo racismo, as quais sustentam uma estrutura social fundamentada em práticas discriminatórias. Nesse intrincado contexto, emerge a cruel sombra da necropolítica, a qual, de maneira inexorável, delinea a divisão entre quais vidas devem perdurar e quais estão destinadas à morte. Para aqueles corpos que são alvo desse cruel aparato, a vivência na contemporaneidade se traduz invariavelmente em uma incessante travessia marcada pelos abismos do medo e da dor.

Além disso, a luta pela sobrevivência em um sistema permeado pelo racismo impõe uma carga emocional avassaladora aos corpos negros. O medo, a tensão e a vigilância constantes podem gradualmente minar a saúde mental e emocional desses indivíduos, deixando cicatrizes profundas e duradouras. Portanto, o desafio transcende não apenas a questão da sobrevivência física, mas também se estende à preservação das profundezas da alma em meio a esse ambiente hostil.

Em se tratando da literatura brasileira, houve um longo período em que a experiência negra foi relegada à margem, perpetuando estereótipos. Isso ocorreu tanto pela conivência tácita com imagens negativas quanto pela atribuição de papéis secundários e, em algumas ocasiões, pela completa ausência de representação. Luiz Silva Cuti (2010) oferece uma visão crítica sobre esse tema, ao afirmar que, nos primeiros quatro séculos, os escritores brasileiros direcionavam sua produção literária para a metrópole, o que resultava na representação inferiorizada da população negra na literatura.

Em concordância a esse pensamento, Luiza Lobo (2007) salienta que nossa literatura foi escrita, majoritariamente, por autores brancos. Sendo esses autores parte da classe dominante, “começaram a imprimir uma imagem pejorativa e destrutiva do escravo e posteriormente do negro livre que lhes eram inferiores socialmente” (Lobo, 2007, p. 261). A autora cita, por exemplo, obras de Monteiro Lobato (*Jeca Tatu*) e José de Alencar (*A Mãe*), em que o negro é visto como ser inferior.

Por outro lado, ao reconhecermos esse vínculo entre literatura e sociedade, podemos compreender que se trata de uma relação bidirecional. Isso ocorre porque a literatura não apenas reflete o mundo, mas também o refrata e o reimagina. Antonio Candido (2006) discute essa simbiose entre a obra literária e seu contexto social, destacando que, nos estudos mais recentes, entende-se que a literatura se trata não apenas de um espelho da sociedade, mas também de um espaço de construção de sentidos, valores e identidades, podendo tanto legitimar como contestar as relações de poder vigentes. Como afirma o teórico, “sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno (Candido, 2006, p. 13). Isso implica dizer que os elementos sociais são incorporados na construção estética da obra, atuando como componentes fundamentais de sua estrutura e significado.

Partindo dessa perspectiva, direcionamos nossa lente analítica à obra *O avesso da pele* (2020), de Jeferson Tenório, com o objetivo de desvelar como o autor retrata essas vivências negras na sociedade brasileira contemporânea. Vamos além da simples questão da visibilidade ou invisibilidade, adentrando no âmago de sua existência, em seu avesso, onde as identidades são esculpidas e a resiliência encontra raízes profundas. É imperativo reconhecer as formas de resistência, pois a capacidade de desafiar as narrativas preconceituosas representa uma resposta poderosa ao sistema que tenta negar a existência e a humanidade desses indivíduos. Nesse contexto, a arte se revela uma ferramenta essencial, fortalecendo suas identidades, capacitando-os a enfrentar a opressão e estabelecendo espaços de representatividade em um mundo que, frequentemente, parece indiferente às suas lutas.

## 2.1 O passado escravocrata e a mente colonialista contemporânea

O processo de colonização, que se consolidou no Brasil entre os séculos XVI e XIX, moldou a estrutura política, econômica e social do país, especialmente por meio da escravidão, a qual atravessou, a princípio, os corpos autóctones para, posteriormente, atravessar os corpos negros. Segundo Silvio Luiz de Almeida (2019), as referências à “bestialidade” ou à “ferocidade” direcionadas a determinados povos e culturas, é uma arma potente para a desumanização, gerando práticas discriminatórias ou mesmo culminando em genocídios. Para Frantz Fanon (2008), a partir do momento em que a dominação colonial considera o negro como o não humano, ele é despojado de sua cultura e civilidade.

No século XIX, o homem passou a ser visto como objeto científico, sob influência das correntes europeias, como o *Darwinismo Social* e o *Positivismo*, de August Comte. Lilia Schwarcz (2013) e Almeida (2019) argumentam que, nesse sentido, as características biológicas e geográficas serviram para explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as pessoas. Além disso, defendia-se a existência de raças superiores e inferiores, em que a supremacia de uma raça (neste caso, a branca) se tornava primordial para o desenvolvimento de um país. Desse modo, a raça se transforma em uma peça importante para que o colonialismo, pautado na ideia de classificação dos seres humanos, continuasse a subjugar e a destruir populações inteiras. Como ressalta Neusa Santos Souza (1983), era necessário reforçar essas características negativas ao negro, de modo a mantê-lo nos limites estreitos de uma participação social.

Considerando que a sociedade brasileira era formada, especialmente, por indígenas, negros e mestiços, este seria um problema ao futuro promissor do país. Schwarcz (2013) esclarece, contudo, que a miscigenação teve seu viés positivo: tornaria o brasileiro cada vez mais branco. É nesse momento que tem início a imigração de europeus, marcada pela política de branqueamento no país. Célia Maria Azevedo (1987) discute a respeito da situação marginal do negro em relação aos imigrantes, a nova força motriz para as indústrias brasileiras. Para ela, muitos estudos, sob uma mentalidade colonialista, acreditam que o negro se inseria nesse status em decorrência de uma suposta influência deformadora da escravidão e consequente incapacidade para o trabalho não coercitivo. Entretanto, o que se tem são, na verdade, interesses de uma

classe dominante que, sob o viés racista, encontrou uma justificativa aceitável para a importação de europeus.

A partir dos anos 1930, Almeida (2019) salienta que o racismo cientificista é substituído pela ideologia da *democracia racial*, que consiste em afirmar a miscigenação como uma das características básicas da identidade nacional. Essa ideologia abre brechas para que o racismo seja um assunto velado e, segundo Schwarcz (2013), acaba por se tornar naturalizado. Como consequência, resulta na negação do preconceito e das injustiças propagados contra a população negra. O surgimento desse discurso coincide, segundo Almeida (2019), com o início do projeto do Estado brasileiro ao capitalismo industrial. Dessa forma, a negligência do Estado em efetivamente integrar essa população na vida cotidiana tem sido um fator contribuinte para a manutenção da mentalidade colonialista.

Nos dizeres de Abdias do Nascimento (2016), a *democracia racial* nada mais é do que uma falsa justiça social, uma vez que todos são brasileiros, ainda que sejam negros, brancos, indígenas ou mestiços. Entretanto, todos os poderes, políticos, sociais e econômicos, concentram-se nas mãos de uma única classe: a branca. Para o estudioso, ser uma sociedade plurirracial é ser democrática para todas as raças, de modo a proporcionar igualdade econômica, social e cultural. Do contrário, não se pode falar em sociedade plurirracial, tampouco em sociedade democrática.

Nesse contexto de desigualdade racial e estrutura de poder concentrada, a *ideologia nacionalista*, segundo Almeida (2019), é central para preencher as enormes fissuras da sociedade capitalista, afastando a percepção acerca dos conflitos de classe, de grupos e, em particular, da violência sistemática do processo produtivo. Reforçando esse raciocínio, Schwarcz (2013) esclarece que a criação de símbolos nacionais brasileiros surge no momento em que os interesses privados assumem sentidos públicos, quando se idealiza um “povo” a partir da supressão das pluralidades, resultando em práticas de poder e de dominação convertidas em discursos de normalização da divisão social.

No que diz respeito às ocupações dos negros no espaço urbano, Abdias do Nascimento (2016) ressalta que a libertação dos escravizados idosos, inválidos e enfermos incuráveis, além da implementação da Lei Áurea, não resultou, efetivamente, na conquista por liberdade. O que houve, na verdade, foi um episódio de assassinato em



massa, uma vez que os negros foram “[...] condenados à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal” (Nascimento, 2016). Em concomitância, Azevedo (1987) ressalta que, com o fim da relação senhor-escravo, os negros estavam sujeitos a numerosas restrições na cidade dominada por uma diminuta elite branca, entregues à probabilidade de serem tratados com desprezo e violência. Assim, a população negra perdia o status de escrava, mas permanecia tolhida de direitos civis e sem condições básicas para viver.

À medida que o país avançava em seu desenvolvimento, as políticas públicas continuaram a negligenciar a população negra, tornando-se cada vez mais evidente a relação entre a escravidão e o capitalismo. Nesse sentido, o racismo “atinge, sobretudo, a sua configuração interna, estipulando padrões hierárquicos, naturalizando formas históricas de dominação e justificando a intervenção estatal sobre grupos sociais discriminados” (Almeida, 2019). Para o referido autor, o racismo não é apenas uma questão de preconceito individual ou cultural, mas sim uma estrutura sistêmica enraizada nas bases econômicas e sociais do capitalismo. Em outras palavras, o racismo é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Dessa forma, a desigualdade racial se configura como um componente inerente às relações mercantis e de classe, permitindo que haja a exploração de mão de obra barata e a concentração de riqueza nas mãos de uma elite dominante.

Em suma, o teórico argumenta que o racismo e o capitalismo estão intrinsecamente ligados, e que a luta contra o racismo não pode ser dissociada da luta contra o capitalismo. Nesse contexto, é imperativo considerar a fala de Fanon (2008), quando este afirma que, além de uma revolução cultural, deve haver, também, uma revolução social, de modo a transformar as estruturas do sistema político e econômico. Trata-se, portanto, de uma luta anticapitalista e contra todas as formas de opressão.

Contudo, como destaca Almeida (2019), parte da sociedade não verá como incoerente ou anormal o fato de uma maioria negra ocupar os subempregos, receber baixos salários, não frequentar universidades importantes, residir nas áreas periféricas das cidades ou ser assassinada com frequência pelas forças do Estado capitalista. Esse fenômeno, identificado por Almeida (2019) como *racismo institucional*, persiste muitas vezes camuflado aos olhos da sociedade.

Segundo o teórico, trata-se de uma forma de racismo “menos evidente, muito mais sutil, menos identificável”, uma vez que “a imposição de regra e padrões racistas por parte da instituição [está] vinculada à ordem social que visa resguardar” (Almeida, 2019). Nesse sentido, as instituições são apenas uma forma de materializar essa estrutura, já que o racismo é estrutural, ou seja, provém da organização econômica e política da sociedade.

Nesse sentido, a maneira como a população negra foi tradicionalmente retratada igualmente se reflete nas produções literárias, uma vez que a literatura acaba sendo influenciada por um determinado período e contexto. Cuti (2010) argumenta que, no Brasil, durante os quatro primeiros séculos, os escritores escreviam para a metrópole e, como consequência, a população negra era inserida na literatura sob o viés do preconceito e da compaixão. Assim, se a escravidão coisificou o negro, “a literatura, como reflexo e reforço das relações tanto sociais quanto de poder, atuará no mesmo sentido ao caracterizar as personagens negras, negando-lhes complexidade e, portanto, humanidade” (Cuti, 2010). Para Lobo (2007), os estereótipos construídos em torno da população negra sofrem, principalmente, a influência do Naturalismo, em que se vincula o negro a uma ideia única e genérica.

Essa prática efetivamente sustenta na consciência da sociedade brasileira um estereótipo que simplifica e generaliza a população negra como um todo, algo que Chimamanda Adichie (2019) denomina de *história única*. Essa abordagem contribui para a criação de uma única narrativa sobre um grupo diverso de pessoas, obscurecendo suas histórias individuais e complexidades. Segundo a autora, falar em história única é, na verdade, falar sobre *poder*. Ela ilustra isso usando a palavra em igbo, *nkali*, que significa “ser maior do que outro”. Em meio às influências das questões econômicas, jurídicas, sociais e políticas, as histórias também acabam sendo moldadas pelo princípio de *nkali*, cujo poder influencia na forma como elas são contadas e por quem são contadas. Desse modo, a história única rouba a dignidade das pessoas e, como consequência, “torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos” (Adichie, 2019).

A mudança na forma como o negro é retratado na literatura brasileira ocorre, principalmente, quando os próprios autores vivenciam as situações que estão



descrevendo, segundo Cuti (2010). Além disso, o surgimento de leitores negros será fundamental para que a vertente negra da literatura brasileira se torne evidente. Um marco importante para isso se deu, em especial, no ano de 1978, em São Paulo, quando nascia, como destaca o teórico, o *Movimento Negro Unificado contra Discriminação Racial*, reduzido posteriormente para *Movimento Negro Unificado*. Ademais, nesse mesmo ano, em meio à movimentação social, foi lançada a série *Cadernos Negros*. Trata-se de produção literária contendo contos e poemas escritos pela própria população negra. A partir desse momento, o negro deixa de ser objeto e passa a ocupar o papel de sujeito na literatura e na própria história. Essa forma literária, definida fundamentalmente como literatura afro-brasileira por Lobo (2007), se diferencia das produções de autores brancos sobre o negro, seja enquanto objeto, tema ou personagem estereotipado, tais como a mulata lasciva, a mãe preta servil ou mesmo o escravo dócil ou dominado.

## 2.2 A violência e o corpo negro

Uma pessoa não nasce branca ou negra, mas se torna, uma vez que “seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos” (Almeida, 2019). Influenciado pelas teorias foucaultianas, Almeida (2019) traça um paralelo entre o *racismo* e o *poder*. Para o estudioso, as mudanças socioeconômicas ocorridas a partir do século XIX impõem uma mudança significativa na concepção de soberania, que deixa de ser o poder de tirar a vida para ser o poder de controlá-la e mantê-la.

A perspectiva do teórico se justifica pelo fato de o surgimento e a consolidação do capitalismo estarem estreitamente entrelaçados ao racismo, uma conexão que permeia tanto os aspectos econômicos quanto os sociais. Isso porque o racismo não é apenas uma consequência casual do capitalismo, mas sim uma característica intrínseca que moldou sua ascensão ao longo da história. Mesmo após o fim da escravidão, o racismo continuou a ser a força motriz no sistema capitalista, manifestando-se na discriminação no mercado de trabalho, na segregação urbana e na negação de direitos básicos às populações negras e indígenas. Em outras palavras, o racismo não é apenas uma questão social, mas também econômica, fundamental para manter a estrutura de exploração do capitalismo, resultando na perpetuação das desigualdades sociais e econômicas. De acordo com Almeida (2019), por meio de políticas de austeridade e

privatização, o neoliberalismo tende a aumentar a disparidade de riqueza e a marginalização econômica das comunidades racialmente discriminadas. Como consequência, o neoliberalismo muitas vezes promove uma narrativa de mérito individual, ignorando as estruturas sistêmicas de opressão que perpetuam a desigualdade racial.

Dessa forma, o racismo se torna o mecanismo fundamental de controle do Estado capitalista e neoliberal. Isso ocorre porque, segundo o teórico, há uma hierarquização e classificação do ser de forma biológica, de modo a considerar quais vidas devem ser mantidas e quais merecem perecer<sup>1</sup>. A morte desses indivíduos é vista como positiva, uma vez que eliminá-los é interpretado como uma medida que visa a garantir a segurança e a consequente manutenção do desenvolvimento e da ordem social. No contexto apresentado, o racismo desempenha um papel interligado e simbiótico com o *biopoder*, o qual dita quem é considerado relevante e quem não é, quem é categorizado como “descartável” e quem escapa a essa categorização. Essa abordagem reflete a essência da teoria da *necropolítica* defendida Achille Mbembe (2018).

No contexto brasileiro, essa teoria lança luz sobre as práticas que perpetuam a morte de corpos negros. Por meio da violência policial, encarceramento em massa, negligência em serviços públicos, falta de acesso à educação de qualidade e exclusão econômica sistemática, o Estado atua como um agente que contribui para a precariedade das vidas negras. Além disso, a *necropolítica* também se manifesta na criminalização da população negra, muitas vezes retratada como uma ameaça à segurança pública, justificando, assim, a violência estatal. A militarização de áreas marginalizadas, majoritariamente habitadas por negros, é uma prática que se alinha com essa lógica, resultando em mortes e sofrimento desproporcional entre os negros. Assim, ao considerarmos a *necropolítica*, entendemos que a violência contra corpos negros não é um acidente, mas uma estratégia deliberada de controle e opressão.

Essa perspectiva se entrelaça com a visão de Marielle Franco (2014) sobre as práticas políticas brasileiras. Segundo a estudiosa, o reforço de uma política pautada no controle e na repressão surge no Brasil como tentativa de implementação do chamado

---

<sup>1</sup> Aqui, a morte pode ser tanto a execução direta, quanto a falta de amparo do Estado e consequente exposição da vida a riscos.

modelo de *bem-estar social*, que perdurou até o final da década de 1970. Entretanto, novas mudanças ocorreram em 1990, influenciadas pelo neoliberalismo. Essa transição foi marcada por profundas reformulações, sendo a pobreza o elemento de maior preocupação. Nesse sentido, surge uma política que fortalece o Estado Penal como um meio de conter os que se encontram à margem, formados, significativamente, por pobres e negros.

Ademais, os mecanismos de aniquilação dessas vidas não se limitam estritamente a questões penais, mas também abrangem a negligência do Estado em fornecer condições básicas e dignas para a existência. Assim, a desigualdade econômica e a marginalização social resultantes das políticas neoliberais afetam desproporcionalmente as comunidades racialmente discriminadas, exacerbando a pobreza, o desemprego e a falta de acesso a recursos e oportunidades. Nas palavras de Almeida (2019), a predominância da política neoliberal se consolida por políticas de desamparo e desesperança.

Como assegura Franco (2014), é fundamental convencer a população de que o que está em jogo é a garantia da segurança de cada cidadão. Dessa forma, aqueles que estão à margem, como os negros e pobres, são tratados como potenciais inimigos. Privá-los de direitos básicos ou, pior, executá-los, é uma forma de incutir no imaginário da população que o que ocorre, é na verdade, uma forma de manter o bem-estar e a segurança da sociedade.

Desse modo, conclui-se que a necropolítica não se limita apenas à violência física, mas também engloba a violência simbólica e psicológica que perpetua estereótipos prejudiciais sobre a população negra, reforçados, especialmente, pela mentalidade capitalista e neoliberal. Esses estereótipos, como a associação entre negritude e criminalidade, servem para justificar ações violentas e discriminação racial. Assim sendo, normaliza-se a violência extrema imposta à população negra, fazendo com que se naturalize a morte de crianças, que seja aceito o sucateamento de necessidades básicas a populações inteiras ou mesmo que se exterminem jovens pretos e pobres todos os dias. A necropolítica, portanto, instaura-se como um instrumento necessário para a manutenção da sociedade capitalista.

Considerando as questões apresentadas, percebemos como esses mecanismos de poder não apenas moldam as condições materiais na vida dos indivíduos negros, como também podem influenciar profundamente em sua subjetividade e autoimagem. Esse pensamento teve início com o racismo científico, que buscou justificar a inferioridade dos negros em relação aos brancos, vistos como menos capazes em termos de inteligência, habilidades e civilidade. Essa perspectiva se estendeu, também, para as características físicas. Segundo Lélia Gonzalez (2020), as pessoas negras são vistas de forma inferiorizada e pejorativa: cabelo ruim, nariz chato, beiços ao invés de lábios. Assim, o próprio indivíduo negro acredita que é feio, repugnante e inferior. Por outro lado, como reforça a teórica, o modelo estético ocidental (branco) é imposto como o ideal a ser atingido. Como afirma Souza (1983),

A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo. Entre o Ego e seu Ideal cria-se, então, um fosso que o sujeito negro tenta transpor, às custas de sua possibilidade de felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico (Souza, 1983, p. 1-2).

Frantz Fanon (2008) faz profundas reflexões sobre essa condição do negro em uma sociedade dominada pela mentalidade colonialista mediante a imposição de uma negação constante de sua humanidade e identidade, de “não-ser”. Essa negação gera uma neurose que permeia a psique do indivíduo negro, levando-o a internalizar os estereótipos e preconceitos que o cercam. Ao explorar a complexidade do trauma psicológico imposto pelo colonialismo, o teórico sugere que o sujeito negro se encontra em uma condição na qual precisa adotar múltiplas máscaras brancas para se sentir reconhecido. Ao usar tantas máscaras, ele perde a capacidade de se ver com autenticidade. A desumanização do negro, alimentada pelo deslocamento de sua identidade e corporeidade, o leva a buscar a validação através da assimilação aos padrões brancos, resultando em um ciclo de dependência social. Para Souza, “o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de *tornar-se gente*” (Souza, 1983, p. 18).

### 2.3 Para além do invisível de fora

Para iniciar a análise da obra de Jeferson Tenório, *O avesso da pele* (2020), trago à luz a frase de Achille Mbembe (2008, p. 66): “se é livre para viver a própria vida somente quando se é livre para morrer a própria morte”. Isso porque o romance é marcado pelo assassinato de um professor, Henrique, por meio de uma abordagem policial pautada na necropolítica. Assim, em seu fazer literário, Tenório (2020) retrata as várias instâncias em que o racismo se apresenta estruturalmente: na vida social, no trabalho, na escola, no ambiente familiar e nas relações amorosas.

Embora a família retratada na obra desfrute de posições de privilégio, geralmente reservadas a pessoas brancas, a violência no romance persiste em atingir o corpo negro, “porque não demora muito, e a cor da pele atravessa nosso corpo. E determina nosso lugar de estar no mundo” (Tenório, 2020, p. 61). Assim, a questão da cor da pele persiste como um marcador de inferioridade social, refletida nas experiências dos personagens ao longo da narrativa. Como destacam Almeida (2019) e Mbembe (2018), o racismo e a necropolítica são mecanismos intrínsecos ao poder estabelecido pelo capitalismo e pelo neoliberalismo. O racismo não apenas perpetua as desigualdades sociais e econômicas, mas também é usado como justificativa para a violência estatal, especialmente como forma de “ordem social”. Desse modo, a cor da pele se torna um marcador crucial na determinação do valor da vida, em que a sombria mão da necropolítica se ergue quando um homem inocente se transforma em alvo apenas por um único motivo: o fato de ser negro.

Por outro lado, a crítica de Tenório (2020) não se restringe ao indivíduo que puxou o gatilho, oferecendo um vislumbre da humanidade do policial, revelando-nos seu mundo interior e seus medos. Isso talvez seja uma tentativa de evitar atribuir a culpa exclusivamente a um único indivíduo, e sim direcioná-la a toda uma estrutura racista enraizada na sociedade, que influencia as ações da população, inclusive dos policiais (mesmo que, em teoria, eles estejam encarregados de proteger todas as vidas, sem distinções).

Para melhor compreender as ações do policial, a narrativa nos apresenta o fato de ele ter tido sonhos recorrentes nos quais homens negros invadiam sua casa e ameaçavam sua família. Esse medo se intensificou, especialmente, após a morte de um

amigo policial, assassinado por um homem negro. A partir desse ponto, o policial passa a enxergar a população negra não como indivíduos únicos, mas como uma entidade coletiva homogênea, uma construção recorrente no imaginário brasileiro racista, “em que se tenta ligar, de forma um tanto esquemática, o sujeito a um grupo, a um comportamento, e até mesmo a uma classe social” (Lobo, 2007, p. 261). Isso implica em tratar um único indivíduo como representante do caráter e comportamento de todas as outras pessoas negras, um fenômeno que ressoa o conceito do *perigo da história única*, conforme proposto por Chimamanda Adichie.

Contudo, a cena fatal é apenas uma entre muitas ocasiões em que Henrique passou por experiências próximas à morte. O filho, Pedro, de vinte e dois anos, que também é o narrador, rememora as muitas ocasiões em que o pai foi abordado pela polícia. Esse homem, ceifado pelo racismo, vivera uma vida de sobrevivências, em que “suportar a pobreza, o racismo e a ausência paterna foi uma espécie de sinônimo da vida” (Tenório, 2020, p. 69).

A primeira abordagem a Henrique não apenas evidencia a brutalidade com que policiais se dirigem à população negra, mas também destaca como a sociedade restringe os espaços que esses indivíduos podem ocupar. Há uma clara ênfase na segregação dos negros, confinando-os nas periferias, nas favelas e nos guetos da cidade, excluindo-os dos bairros nobres. Henrique era apenas um menino de treze anos jogando futebol com os amigos. Todavia, era uma zona nobre de Porto Alegre. Por isso, foram informados pelos policiais: “a gente tá de olho em vocês, aqui nesse bairro é lugar de gente direita, se a gente souber que vocês fizeram alguma coisa errada por aqui, a gente vai atrás de vocês, entenderam?” (Tenório, 2020, p. 144). Essa exclusão do espaço também se repetiu em outras ocasiões, como quando o personagem, parado em frente a um edifício luxuoso, aguardando um amigo de escola, despertou a atenção da polícia, que o obrigou a sair daquele local, “que ali não era lugar para pedir coisas” (Tenório, 2020, p. 145).

Outra abordagem que ilustra a maneira como os agentes frequentemente identificam indivíduos negros como alvos é exemplificada por um incidente em que buscavam um suspeito de um assalto, sendo que “[...] a única referência que eles tinham era que o assaltante estava usando uma jaqueta preta” (Tenório, 2020, p. 152). Apenas essa informação isolada foi o suficiente para apontarem o singular homem negro



presente como potencial suspeito, ignorando completamente a presença de outras pessoas vestindo jaquetas pretas.

É importante ressaltar que a questão transcende a cor da pele e se estende à escolha de vestuário. Após o ocorrido, o rapaz se sente compelido a se desfazer de sua roupa ordinária, apesar de tê-la adquirido recentemente, devido à injusta sensação de culpa que pairava sobre ele. “No dia seguinte, [...] foi a uma loja esportiva e comprou, em dez prestações, uma japona do Chicago Bulls e um boné importado de seis linhas”. (Tenório, 2020, p. 152). Assim, vestir-se com roupas caras passou a ser uma maneira de exigir respeito, como se estivesse encobrindo sua pele por uma outra que fosse capaz de mitigar as profundas injustiças que marcavam a existência da sua cor.

Ainda que as narrativas de Pedro se centrem mais na figura paterna, também somos apresentados às situações vividas pela mãe. Órfã aos dez anos, Martha e seus irmãos passam a viver amontoados na casa de uma tia que trabalha como empregada doméstica. Aos doze, é adotada por uma professora de sociologia, Madalena, mãe solo de Flora. A mulher acreditava que Martha poderia ser uma grande companhia para sua filha biológica. A princípio, as garotas não se davam bem, mas progressivamente foram aceitando a presença uma da outra. Contudo, Martha sofre um grande impacto existencial quando sua irmã questiona o motivo de sua pele ser mais escura que a dela. Martha recorre, então, à mãe:

Madalena [...] completou dizendo que a cor dela não significava nada. Que cada pessoa é uma pessoa e nunca [a diminuíssem] porque [...] é negra [...] Passou dias pensando naquela palavra: ‘negra’. Antes, ela era Martha ou Marthinha. Agora, depois de uma simples pergunta, ela passara a ser Martha e negra. A pele fora nomeada, a existência ganhara sobrenome (Tenório, 2020, p. 54).

Todavia, a família de Martha, por ser branca, irá moldá-la sob a perspectiva de que “o racismo se fortalecia justamente quando começávamos a falar sobre ele, que isso era uma coisa que já deveria ser superada” (Tenório, 2020, p. 75-76). Ademais, para ela “o movimento negro acha que tudo se resume à cor da pele. Se esquecem que ser um homem negro é muito diferente de ser uma mulher negra” (Tenório, 2020, p. 76).

Essa visão de Martha, contrária aos movimentos negros, pode, a princípio, soar radical, considerando que não há como individualizar um problema estrutural como o racismo. Entretanto, ela toca em um ponto importante. Afinal, as mulheres negras vivem situações completamente diferentes a respeito do racismo, posto que são exploradas sob duas vias: a da raça e a do gênero.

Ainda criança, Martha sentia os olhares masculinos que a sexualizavam, reforçando o imaginário criado a respeito da moça/mulher negra, caracterizada como lasciva. Portanto, na percepção de Martha, o problema do movimento reside em colocar “todos nós no mesmo balão. Os negros são diferentes. Nós não somos iguais” (Tenório, 2020, p. 76). Nesse sentido, Tenório (2020) salienta que, embora a cor da pele seja uma experiência compartilhada, ela não afeta a todos de maneira uniforme.

Lélia Gonzalez (2020) defende que, se nos últimos anos as mudanças na sociedade brasileira têm sido favoráveis às mulheres, é importante destacar que essa ideia de universalização esconde a dura realidade enfrentada pela mulher negra. Por isso, as mulheres negras se organizaram dentro do movimento negro e não do movimento de mulheres. Entretanto, Gonzalez (2020) não deixa de salientar um aspecto frequentemente negligenciado até mesmo pelo próprio movimento negro: a participação ativa das mulheres negras. As vivências dessas mulheres “eram marcadas pela discriminação racial e pelo machismo não apenas dos homens brancos, mas também dos homens negros” (Gonzalez, 2020, p. 103). Nesse sentido, é significativo, como salienta a estudiosa, o fato de as mulheres negras se afirmarem enquanto coletividade como forma de destacarem suas vivências, para que não apenas as questões sobre raça, classe e cultura sejam evidenciadas, mas também para abordar os variados papéis e representações sociais que enfrentam.

Embora a perspectiva de Martha seja significativa ao questionar a interseção do gênero e da individualidade, sua recusa em abordar a questão do racismo revela uma problemática persistente e comum na sociedade brasileira. Com efeito, a dissimulação do racismo frequentemente emerge como uma forma cômoda de preservar o *status quo*. Em uma sociedade em que a comunidade negra coexiste com estruturas profundamente enraizadas de racismo, é frequente que suas ações também sejam, em muitos casos, influenciadas por preconceitos raciais. Nesse sentido, podemos dizer que

ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e as ideias de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro (Souza, 1983, p. 2).

Essa atitude de destruir o corpo negro e tudo que possa se remeter a ele é especialmente alimentada pela avó paterna de Pedro: “Sua mãe [...] ficou olhando para aquela moça muito branca e já vislumbrando um neto mais clarinho, como o cabelo bom e traços mais finos. Livre de preconceitos, ela pensava.” (Tenório, 2020, p. 32). Uma vez mais, Souza (1983) nos mostra que “as uniões sexuais com o branco [...] representam uma louca vingança, suicida e homicida, contra um corpo e uma *raça* que, obstinadamente, recusam o ideal branco assumido pelo sujeito negro” (Souza, 1983, p. 7). Reforçar as características negativas sobre o negro é, segundo a teórica, uma forma de fazer com a que a população negra se identifique com o fetiche da brancura. Para Gonzalez (2020),

a ideologia do branqueamento, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros [...], reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca prova sua eficácia pelos efeitos da violenta desintegração e fragmentação da identidade étnica produzida por ele; o desejo de se tornar branco (“limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria *raça*, da própria cultura (Gonzalez, 2020, p. 143).

Com isso, a intelectual argumenta que a violência racista do branco é impiedosa em destruir a identidade do sujeito negro. Assim, às custas de sua própria felicidade e equilíbrio psíquico, tenta se inserir em um mundo em que a referência é sempre branca. De acordo com bell hooks (2019), enquanto as pessoas negras forem ensinadas a rejeitar a negritude, sempre haverá uma crise de suas identidades, levando-as à autonegação e, conseqüentemente, ao auto-ódio profundo e à angústia intensa.

Fanon (2008) realizou um profundo trabalho que explora esse fenômeno da alienação cultural e da busca por aceitação através da assimilação da cultura branca por parte de pessoas negras. Nas palavras do teórico, a inserção em um mundo composto

predominantemente por brancos apresenta consideráveis desafios para o negro. Nesse contexto, “vestir a máscara branca” se torna uma metáfora que abrange a complexa dinâmica das relações raciais e da identidade pessoal, revelando as tensões e desafios que os indivíduos negros enfrentam ao tentar se encaixar em um mundo que muitas vezes nega sua própria identidade. Na introdução de seu livro, Fanon sintetiza essa discussão ao declarar que “por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco” (Fanon, 2008, p. 28).

No romance de Tenório, as relações amorosas entre brancos e negros são amplamente exploradas por meio do exemplo do pai de Pedro. Essa união de raças o fez

desconfiar da sua situação como homem negro no sul do país. Foi caminhando de mãos dadas com [Juliana], pela rua da Praia, no centro de Porto Alegre, que você começou a notar os olhares, às vezes acompanhados de piadas racistas. [...] no começo, você e a Juliana não falavam sobre isso. [...] o afeto transcende a cor da pele, vocês pensavam (Tenório, 2020, p. 28-29).

Assim, “quando o tio dela [...] te chamou de negão, você não se importou. Não se importou porque aquilo significava algum tipo de intimidade e você, enfim, estava sendo aceito pela família branca da sua namorada” (Tenório, 2020, p. 29). Entretanto, “você conheceu o professor Oliveira. Será com ele que você tomará consciência de si e do mundo branco em que está inserido” (Tenório, 2020, p. 28-29).

Desse modo, a obra nos revela que, dentro do contexto de um racismo estrutural, muitas vezes mascarado, a sociedade tende a interpretar o corpo negro através de estereótipos que perpetuam um imaginário coletivo, frequentemente inferiorizando e simplificando esse corpo com base unicamente na cor da pele. O ser humano presente, suas individualidades, se esvaem. Tornam-se invisíveis, restando-lhe apenas a pele, o que é externo e aparente. É irônico que, embora a pele sirva como demarcação, revelando características à vista, por sua vez, é a própria pele negra que permanece oculta aos olhos da sociedade brasileira.

Por outro lado, como o próprio título nos sugere, Tenório (2020) não aborda apenas a leitura que se faz de fora, ou seja, a forma como os corpos negros são vistos na sociedade. O autor retrata a essência de cada personagem; sua humanidade. Assim, perpassando pelas questões do racismo, há a preservação do indivíduo, do homem, da mulher que se estende para além do invisível de fora.

Você sempre dizia que os negros tinham de lutar, pois o mundo branco havia nos tirado quase tudo e que pensar era o que nos restava. É necessário preservar o avesso, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos (Tenório, 2020, p. 61).

Como nos diz Fanon (2008), a luta do negro contra o racismo e o colonialismo é pela conquista do reconhecimento de sua essência humana, e não de uma suposta essência negra: o branco deve reconhecer a humanidade do negro. Imergindo, portanto, nas profundezas da subjetividade humana, o avesso, Tenório (2020) esmiúça o interior de cada um dos personagens que, de uma forma ou de outra, acabam sendo atravessados pela questão da pele. Todavia, a resiliência desses personagens é uma forma de se mostrarem vivos. Como descobrirá Pedro sobre o pai, existir é uma forma de não dar ao Estado o gosto da vitória, é não abandonar o barco, é ser “aquele que resolve, ou por ingenuidade ou por imbecilidade, pegar o touro à unha, permanecer na linha de frente” (Tenório, 2020, p. 154).

Assim, Pedro se encarregará de revisitar o passado da família, sobretudo do pai, e nos contar quem era aquele homem que sentia um frio que “estava dentro”. Aliás, a solidão, o isolamento e o abandono são fantasmas que rondam a vida de todos os personagens, especialmente Henrique: “então você vai evitar. Vai chorar para dentro. Você e sua mãe viverão numa espécie de solidão mútua” (Tenório, 2020, p. 69). Além disso, o silenciamento emerge como uma característica distintiva da figura paterna, que foi forçado ao silêncio em um estágio precoce da vida. Ele experimentou profundamente

o peso de viver em uma sociedade na qual a um jovem negro raramente é dado o espaço para se expressar livremente, como se fosse “um ser esquecido entre o quadro e o giz” (Tenório, 2020, p. 155). Essa imagem evocativa ressalta a marginalização e a falta de voz que são frequentemente impostas aos indivíduos negros na sociedade brasileira.

Entretanto, é por meio do filho, estabelecendo uma poderosa conexão entre passado e presente, que esse silenciamento é rompido, pois Pedro o retira das profundezas, permitindo-nos conhecer os pensamentos de seu pai por meio de lembranças. Inicialmente, é no interior do apartamento do pai falecido que o filho converte os objetos em presença e pertencimento, construindo uma herança que remonta não apenas à história do pai, mas também reafirmando suas próprias narrativas pessoais. Dessa maneira, ele resgata um passado que, habilmente ressignificado no contexto presente, adquire uma nova e profunda significância.

Encontrar esse pai é também encontrar-se, ao que diz: “não estou reconstruindo esta história para você nem para minha mãe, estou reconstruindo esta história para mim. Preciso arrancar a tua ausência do meu corpo e transformá-la em vida” (Tenório, 2020, p. 183). Isso se dá não apenas nessa casa onde o pai será sempre aquele que se recusa a partir para esse filho, mas por todos os espaços em seu percurso, pois que seu pai é “um corpo que não vai parar de morrer”.

[...] hoje, prefiro pensar que você partiu para regressar a mim. Eu não queria apenas a sua ausência como legado. Eu queria um tipo de presença, ainda que dolorida e triste. E apesar de tudo, nesta casa, neste apartamento, você será sempre um corpo que não vai parar de morrer. Será sempre o pai que se recusa a partir. [...] há nos objetos memórias de você, mas parece que tudo o que restou deles me agride ou me conforta, porque são sobras de afeto. Em silêncio, esses mesmos objetos me contam sobre você. É com eles que te invento e te recupero [...] (Tenório, 2020, p. 13-14).

Nesse cenário, a voz narrativa de Pedro, que insiste em utilizar o pronome *você* ao se referir ao pai, vai além de uma mera escolha estilística. Ela se revela como uma profunda forma de se aproximar desse pai que já não está fisicamente presente. Essa opção linguística confere à narrativa uma sensação de diálogo perene e atemporal, como



se Pedro estivesse mantendo uma conversa viva e constante com seu pai, transcendendo as barreiras do tempo e do espaço.

Essa conexão persistente entre Pedro e seu pai se entrelaça com a questão da interioridade, do avesso, também simbolizada pelo nome. Henrique, por exemplo, não tem seu nome revelado de início. Somente quando reconhece seu espaço no mundo, ao contrariar a forma como as pessoas negras são lidas na sociedade brasileira, é que finalmente se apresenta: “Não sou teu negro. Não sou teu preto. Meu nome é Henrique” (Tenório, 2020, p. 35). Ele deixa de ser apenas um corpo negro e passa a ter um nome, ao tomar consciência de sua própria existência, a se reconhecer enquanto *indivíduo*. Essa transformação é simbólica, refletindo não apenas a resistência do personagem, mas também a resignificação de sua identidade em um contexto de discriminação racial arraigada.

A relação com o nome também é pertinente ao capítulo *De volta a São Petersburgo*, estabelecendo uma dimensão intertextual tanto com a cidade russa quanto com a obra de Dostoiévski. O nome do protagonista-narrador, Pedro, pode ser interpretado como uma alusão à cidade onde ocorre grande parte da trama do romance russo: *Saint Petersburg*, informalmente conhecida como *Peter* (Pedro, em inglês). Ademais, *Crime e Castigo* é uma das obras favoritas de Henrique e bastante significativa para o personagem. Dentro da narrativa, há uma passagem em que o professor, após compartilhar a leitura do romance de Dostoiévski com seus alunos, afirma que estava caminhando em Porto Alegre, mas que poderia, facilmente, estar em São Petersburgo. Dessa forma, as cidades parecem entrelaçadas de maneira intrínseca na narrativa.

Essa ligação estende-se também a Pedro, não apenas através da relação com o pai, mas também por meio da referência implícita em seu nome. Assim, tanto as cidades quanto os personagens adquirem uma dimensão interconectada na trama. Essa associação entre o nome do personagem e a cidade evoca uma atmosfera simbólica, uma vez que a cidade transcende sua função como mero cenário, desempenhando um papel expressivo na narrativa. Ela molda e resgata significados e memórias do pai de Pedro, pois, enquanto percorre as ruas de Porto Alegre, Pedro parece seguir os mesmos caminhos do pai, sobretudo em suas reminiscências, ao mesmo tempo em que traça seu próprio destino.

A tenacidade de seu pai, mesmo que ele não se sentisse completamente integrado àquela cidade, serviu como um exemplo, algo que Pedro compreende plenamente na seguinte passagem do romance: “Mas sei que durante a vida você passou por essas tentativas de fuzilamento. A sua grande obra foi continuar levantando, dia após dia. Apesar de tudo, você continuou desafiando a possibilidade de morrer” (Tenório, 2020, p. 184). Desse modo, Pedro percebe a importância da persistência para (re)existir diante das complexidades da vida e da herança familiar, seguindo assim os passos de seu pai e criando uma ponte sólida entre o passado e o presente.

Por fim, quando então Jeferson Tenório inicia com a epígrafe “Quem está aí?”, talvez seja uma forma de retratar a busca de Pedro ou mesmo da representação do fantasma do pai, em referência à obra shakespeariana. Por outro lado, também nos serve como questionamento a respeito do indivíduo negro na sociedade brasileira contemporânea. Quem está aí: o avesso ou a pele?

### Considerações finais

O discurso pseudocientífico do *Darwinismo Social*, que afirmava a superioridade natural do homem branco, foi elemento legitimador para que o racismo alimentasse as estruturas sociais, políticas, econômicas e jurídicas. Em se tratando da população negra, a libertação dos escravizados foi apenas uma forma alternativa de continuar a escravizá-los, uma vez que, em um Brasil urbanizado, o Estado, mais uma vez, se calou, perpetuando em suas ações a marginalidade sujeitada ao negro brasileiro. Desamparados, muitos negros acabaram ocupando espaços desprivilegiados, reforçando a ideia de que deveriam ser eliminados em nome de uma suposta ordem social. A discriminação racial se tornou sistêmica, naturalizando a desigualdade e a violência contra os corpos negros. A morte se tornou um negócio, e a necropolítica, a regra da ordem social.

Sendo a literatura uma ferramenta capaz de representar a sociedade, torna-se perigosa quando insiste em contar uma única história sobre um povo. Isso aconteceu durante muito tempo com a população negra, que foi estigmatizada sob estereótipos que a inferiorizavam e a desumanizavam, reduzindo-a a uma condição de animalização,

silenciamento e inferioridade cultural, intelectual e psicológica. Contudo, a arte também pode servir para questionar esses estigmas.

Tenório, ao ocupar o espaço literário enquanto homem negro, não apenas aborda de maneira contundente questões raciais e a necropolítica, como nos instiga a reconhecer o corpo negro para além “do invisível de fora”. Ao fazê-lo, ele nos conduz a uma exploração mais profunda da interioridade dos personagens e de suas vivências. Jeferson Tenório nos lembra de que esses corpos são, antes de tudo, habitados por pessoas, cada uma com sua própria narrativa, experiências e humanidade. Portanto, ao persistir em sua existência e na expressão de suas vivências, o corpo negro não apenas se torna uma ferramenta de resistência contra o Estado racista, mas também uma janela pela qual podemos contemplar as complexidades e profundezas da condição humana.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Pólen, 2019.

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única.** Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CANDIDO, Antonio. Crítica e sociologia. In: CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p. 13-17.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira.** São Paulo: Selo Negro, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do rio de janeiro.** 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade De Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Programa De Pós-Graduação em Administração, Niterói, 2014. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/franco-marielle-a-reduccca7acc830-da-favela-a-trecc82s-letras.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** RIOS, Flávia Rios, LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação.** Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

LOBO, Luiza. Literatura afro-brasileira contemporânea. In: LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 243-311.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectivas, 2016.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira.** São Paulo: Claro Enigma, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.